

A GUERRA NAS FAVELAS E A MANUTENÇÃO DO COLONIALISMO

João Marcos Nunes Di Giorgio

Graduando da Universidade Federal do Rio de Janeiro no curso
de Ciências Sociais

RESUMO

O presente trabalho tem a pretensão de abordar o tema da Guerra às Drogas nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, e demonstrar como esse projeto é um braço do colonialismo presente no Estado brasileiro, Estado esse de base racista e empresarial. Além disso, a mobilização de conceitos permite entender a forma como a Guerra às Drogas afeta a vida da população negra e representa uma ferramenta de controle social dessa população.

PALAVRAS-CHAVE

Guerra às Drogas; Favelas; Colonialismo.

ABSTRACT

This paper aims to address the issue of the War on Drugs in the favelas of Rio de Janeiro, and to demonstrate how this project is an arm of colonialism present in the Brazilian State, a State with a racist and corporate base. Furthermore, the mobilization of concepts allows for an understanding of how the War on Drugs affects the lives of the black population and represents a tool for social control of this population.

KEYWORDS

War on Drugs; Favelas; Colonialism.

INTRODUÇÃO

A formação do Estado brasileiro é baseada em um padrão eurocêntrico, racista e violento. Muito mais do que decidir sobre quem vive e quem morre, qual corpo é considerado matável ou não, quem é o alvo e quem puxa o gatilho, as dinâmicas que permeiam a formação do Estado no Brasil não tiram somente as vidas da população periférica, mas executam os sonhos, as famílias, as tradições e a liberdade dessas pessoas diariamente. O governo se aparelha através de suas instituições, da mídia e de outros tantos meios para manter vivo esse projeto de extermínio, para manter em curso o ideal de soberania e de permissão/proibição de acesso.

74

Para quem vive em uma favela, o aparelhamento estatal se expressa com maestria através de um mecanismo muito conhecido por essa população: a Guerra às Drogas. No estado do Rio de Janeiro, não há, talvez, uma representação melhor do padrão de governança em questão do que a dinâmica de Guerra às Drogas. A guerra se expressa através das megaoperações, demarcando a força do Estado, a subjugação dos corpos negros, o desleixo do poder público e reforçando o sentimento de Necrofilia Colonialista Outrocida (NCO) presente nas esferas de um Estado moldado pela visão eurocêntrica e racista.

Antes de aprofundar o debate para pontos mais específicos, gostaria de ressaltar conceitos importantes para a formação dessa discussão, como a ideia de Estado, de raça, o conceito da NCO (De Moraes, 2020a), o conceito de juvenicídio (Valenzuela, 2015 apud Da Costa, 2021), o que é a Guerra às Drogas e o porquê de ela ser uma manutenção do governo de práticas coloniais. O Estado é uma criação humana. Por mais que a mídia, as universidades, as igrejas e a própria entidade estatal nos façam crer que ele é um “agente natural”, o Estado foi implementado

através de mecanismos que o servem e garantem sua manutenção. O Estado se apresenta como um órgão que gere a vida dos que vivem sob o seu véu, e sua função é a de controlar essas pessoas, governá-las e impor a elas os seus ideais. Mais importante do que reconhecer que o Estado não é um agente natural é reconhecer que ele não se trata de uma entidade intangível sem corpo, mas sim de uma associação feita por pessoas, e que são esses indivíduos que impõem a sua vontade, que têm à sua disposição aparelhos para executarem seus projetos e ferramentas para garantir que os corpos semelhantes aos seus não sejam os alvos dos projetos de extermínio, mas sim os corpos diferentes daqueles que o Estado se propõe a proteger e privilegiar.

75

O ESTADO BRASILEIRO: ANTECEDENTES E A BASE RACISTA

O surgimento dos ideais do Estado Moderno está diretamente atrelado aos fenômenos experienciados pelo mundo após o começo do processo colonial. Quijano (2005), em sua obra, define a forma como a colonização é o marco global do começo da modernidade, quando os europeus iniciaram o processo de invasão e conquista dos territórios do continente americano. Esse processo de Conquista das Américas demarca o início de uma série de desdobramentos que contribuem não só para a formação do que viria a ser o sistema capitalista, como também para a criação de mecanismos sólidos de diferenciação e controle populacional, como o conceito de raça que se estabelece a partir de uma diferenciação feita pelos europeus baseada em seu contato com o “outro”, o incremento de um sistema prisional mais punitivo e severo, e a própria base do futuro Estado Moderno. O processo colonial foi marcado por uma violência sem precedentes, que promoveu genocídio dos

povos indígenas e originários por todo o continente americano, além do genocídio de populações negras que foram sequestradas de seus lares espalhados pelo continente africano e forçadas a servir de mão de obra para os brancos colonizadores.

O processo colonial brasileiro possui grandes fases que vão desde a conquista do território e a partilha, até o “processo de independência”, mas o que todos esses períodos têm em comum é a violência e a escravidão. Desde os primeiros passos da invasão européia, nota-se a relação que os colonizadores estabeleceram com os indígenas, na qual eles impuseram a força para tornarem escravos esses nativos. Os invasores não só reconheciam os povos originários como inferiores, como chegaram até a questionar sua humanidade, a questionar se eles possuíam alma ou não, e todo esse mecanismo servia como forma de os europeus justificarem o controle deles sobre os corpos indígenas, a escravidão e genocídio.

O processo de escravizar os nativos não gerou, para os invasores, os resultados que eles esperavam, então deu-se início ao processo de escravidão negra no Brasil. Aqui, inicia-se o período mais violento avassalador da história desse país. A escravidão negra é uma mancha, uma mancha que perdurou por 300 anos, que não acabou nem mesmo com o “processo de independência”, que exterminou milhares de negros em prol de uma serviência que favorecia a elite branca europeia, e depois a própria elite branca brasileira. Quando se aprende sobre a escravidão, vemos uma constante minimização dos impactos trazidos; aprendemos que os colonizadores praticavam o escambo com os índios, que os negros foram libertos por uma princesa, e outros tantos absurdos que pintam todos esses 300 anos e não mostram de fato a dimensão do genocídio ocorrido.

Um processo como esse não deixa “cicatrices” na sociedade brasileira, mas deixa feridas abertas que sangram um sangue negro, que fazem parte da constituição do Estado Moderno e que demonstram o local para o qual a população negra foi subjugada. A criação das favelas é resultado desse processo, e está atrelado a uma falta de políticas públicas que se estendeu ao longo do século XX. Após se encontrarem nessa posição de “liberdade”, os ex-escravizados não possuíam moradia fora das senzalas, e a grande massa deles precisava agora vender sua força de trabalho para a economia capitalista dos “trabalhadores livres”, a fim de garantir sua subsistência.

77

FAVELAS CARIOCAS: DA FORMAÇÃO À GUERRA

No atual estágio do Estado de natureza social-democrata, brada-se aos ventos que moradia digna é um direito de todos, e que deve ser assegurado para a população, seja ela pertencente a uma classe privilegiada, seja ela de uma classe precária. Esse discurso não se faz presente nas periferias, pois a moradia digna vai além da estrutura das casas, perpassa uma noção de bem estar na localidade onde aquela residência se encontra, de segurança e acesso a serviços básicos, como saúde, educação, água e outros recursos. Morar em uma favela é conviver com a insegurança, é ter que lutar para garantir o mínimo necessário, mas como cobrar de um Estado que não somente é impassível para as necessidades dos moradores da comunidade, como também incentiva e pratica políticas que levam ao extermínio dessas populações?

Existiram, ao longo da história, diferentes ferramentas utilizadas pelos governos e aparatos midiáticos para subjugar a população carente, formada, em sua maioria, por pessoas negras. Um desses mecanismos foi durante o processo de

higienização, que ocorreu com a derrubada de cortiços na região do centro do Rio de Janeiro, e esse projeto visava controlar doenças e pragas que teoricamente estavam sendo espalhadas nessas moradias. Obviamente, esse ato envolvia um desejo de excluir e retirar a população pobre e negra da região do centro, com finalidade de “valorizar” a área. Com isso, os habitantes retirados de suas moradias começaram a buscar outros locais para construir suas casas, e assim ocorreu o aumento das ocupações em encostas e morros. Mais tarde, essas áreas da cidade receberam os estigmas de “perigosas”, “áreas de risco” e outros termos que novamente serviam para caracterizar o retrato de exclusão e marginalização de pessoas pobres.

78

Outra ferramenta utilizada para controle e estigmatização desses espaços foi o estigma das drogas. O uso e a venda de drogas é uma das maiores e mais latentes questões que rondam a modernidade; políticas em diversas partes do globo surgem mais e mais, e debates sobre a criminalização, a flexibilização e a legalização são pautas de debates nos meios político, científico e econômico. Mas, historicamente, o uso e a venda de drogas foram socialmente associados a pessoas negras, por conta de estruturas racistas, da questão do tráfico e do direcionamento das operações ao longo da história. No Rio de Janeiro, o alvo se tornou as favelas, por concentrarem expressivas parcelas de populações pretas e por serem territórios associados ao domínio do tráfico de drogas e de facções criminosas.

Ao se basearem nesses pressupostos socialmente difundidos, o Estado aproveitou para pôr em curso políticas que tinham como objetivo controlar o tráfico de drogas, mas que logo se mostraram como um recurso para a promoção de

genocídio negro e controle social. Nesse contexto, o conceito formulado pelo cientista político Wallace De Moraes de 'Necrofilia Colonialista Outrocida' (NCO) ajuda a dimensionar parte da base que forma o projeto de Guerra às Drogas. Segundo o autor, a NCO se trata de:

não apenas o direito soberano de matar (necropolítica), mas um desejo, um anseio, um ódio exacerbado e racista de determinados governantes por liquidar, fisicamente e/ou psicologicamente, grupos específicos como negros, indígenas, pobres, LGBTQIA+, mulheres independentes, revolucionários, rebeldes e "bandidos". (De Moraes, 2020a: 18)

Segundo a lógica pautada pela NCO, a morte dos favelados e de corpos pretos se expressa como satisfatória para a política desse Estado genocida; se expressa como fundamental para a manutenção desse desejo sanguinário de subjugar e controlar não só os corpos, mas também as vidas. Atrelado à Necrofilia Colonialista Outrocida, outro processo que ocorre nas periferias é bem expresso pela categoria de Juvenicídio do autor Valenzuela (2015 apud Da Costa, 2021). O juvenicídio se trata de uma perspectiva baseada no genocídio de pessoas jovens, mais precisamente de jovens que são socialmente marginalizados e desacreditados, e que, em quase todos os casos, pertencem a uma periferia negra.

A ferramenta do juvenicídio extermina os sonhos da favela, amedronta os lares e revolta os corpos subjugados a esse sistema racista e capitalista, que reproduz seus ideais coloniais através de políticas assassinas. Como foi debatido, historicamente o uso de drogas e sua venda são associados aos corpos negros. Com isso, o Estado encontra a desculpa perfeita para executar seus planos, e a Guerra às Drogas ganha face e corpo nas favelas do Rio de Janeiro. Dividida em megaoperações que assolam o cotidiano dos territórios da periferia, a guerra vai além de um combate às drogas e se

transforma em uma ferramenta de controle social, onde o governo pelo medo impera. Desde sua implementação até os dias de hoje, poucos resultados foram de fato produzidos por essa política, como, por exemplo, a operação no morro do Complexo do Alemão em 2007 (Pedrinha; Souza, 2009), que foi um espetáculo televisionado e aplaudido, e a operação levou somente a apreensão de algumas armas e um carregamento de drogas. Essa operação no Alemão foi um claro exemplo do objetivo da Guerra às Drogas, pois dados demonstram que 19 pessoas foram mortas, outras 44 foram feridas. Além disso, houve fechamento de comércios e escolas, casas foram invadidas, pessoas foram torturadas e sofreram outras violências por terem sido consideradas “suspeitas”, e o sangue derramado na periferia deixa o recado de qual o objetivo e foco do Estado com essas megaoperações, os preconceitos e os estigmas presentes.

Após isso, o Rio continuou sendo palco de chacinas e mortes causadas pela violência policial. Nos últimos 5 anos, 30 crianças morreram baleadas (Pedrinha; Souza, 2009), vítimas das operações policiais; centenas de operações foram realizadas em favelas, principalmente na Zona Norte da cidade, e o número de vítimas só cresce. Apesar disso, a Guerra às Drogas se demonstrou pouco eficaz naquilo que seria o seu objetivo: o combate à venda e ao tráfico de entorpecentes. É, portanto, uma política fadada ao fracasso em sua base, mas que executa bem seus planos de genocídio.

A GUERRA ÀS DROGAS COMO EXPRESSÃO DO COLONIALISMO

Como foi visto ao longo do texto, o conceito e o projeto de Guerra às Drogas servem como uma ferramenta do Estado, mais especificamente do governo do estado do Rio de Janeiro,

de controlar e exterminar a população preta e favelada. Quero ir além dessa constatação e demonstrar a forma como esse projeto se tornou um braço moderno do colonialismo na sociedade brasileira. Sabemos que o Estado não é uma entidade natural e nem mesmo uma instituição dada ou inerente; o Estado é uma criação humana e um aliado do colonialismo e do capitalismo. Desde sua criação e suas primeiras experiências como a do Estado Absolutista, passando pelas fases liberais, neoliberais e até mesmo da fase de social-democracia, a face do que vem a ser o Estado e a sua expressão são as mesmas, uma defesa de uma classe em sobreposição a outra. Mesmo na fase social-democrata, a instituição continua essa defesa, que ela maquia através de planos e ações que buscam a “inclusão” de classes menos privilegiadas, o chamado Estado camaleão (De Moraes, 2009).

Com isso, o Estado não deixou para trás as suas características coloniais, mas continua mantendo em funcionamento suas forças e seus aparelhos repressores, difundindo seus ideais através de veículos midiáticos, escolas e universidades, mantendo seu controle populacional e cerceando a liberdade. Só que, para algumas parcelas da população, a mão do Estado pesa mais do que para outras, e as populações faveladas são um claro exemplo da forma como essa desigualdade impera dentro da sociedade. Por conta disso, não é difícil imaginar a maneira como a Guerra às Drogas se expressa enquanto um aparelho repleto de uma herança colonial, pois os alvos do extermínio continuam sendo os mesmos, pretos e pobres, e ainda há a busca por justificativas para matá-los e controlá-los. O Estado brasileiro pode ter mudado de face (ou de cor), mas não mudou suas estruturas. A

forma de governar os pobres continua a ser o medo, o estigma, a repressão, o uso da força e outras ferramentas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As favelas cariocas precisam de um cessar-fogo, um cessar-fogo para que se mantenham vivas, para que seus sonhos parem de ser destruídos, para que seus filhos não morram indo para o trabalho, e para que mães parem de enterrar seus filhos que morreram a caminho da escola. A política de Guerra às Drogas é descrita por muitos como sendo falha, não apresentando os resultados esperados, mas todos que falam isso pensam como o Estado quer que eles pensem, porque, se o tráfico não acabou, significa que mais e mais operações são necessárias. A guerra se torna um remédio amargo. Para essas pessoas, a guerra pode ter dado errado, mas, para os executores, a Guerra às Drogas é um campo de êxito supremo, pelo qual o seu projeto genocida, racista, juvenicida e outrocida é posto em prática. Para cada corpo preto assassinado, surge uma justificativa de que “ele não era inocente” ou de que os policiais não são os culpados. É esse sistema que mata o favelado; quando não tira sua vida, tira os seus sonhos, tira a vida do seu irmão ou irmã.

Todos os mecanismos utilizados pelo Estado como as megaoperações, o uso exacerbado da força policial, até mesmo a criação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) que serviriam, em tese, para proteger a população local e impedir o retorno de facções criminosas e que depois se tornaram palcos de corrupção e violência; servem para manter em curso esse projeto e funcionam muito bem para aquilo que ele se propõe. A Guerra às Drogas precisa acabar porque o favelado precisa viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Ana Paula Motta. (2021), Juvenicídio: a expressão da Necropolítica na morte de jovens no Brasil. Revista Direito e Práxis; ISSN 2179-8966, Rio de Janeiro, v. 12, p. 2359-2392.

DE MORAES, Wallace. (2020a), A Necrofilia Colonialista Outrocida no Brasil. Revista Estudos Libertários; ISSN 2675-0619, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 11-29.

DE MORAES, Wallace de. (2020b), As origens do Necro-racista-Estado no Brasil - diálogo entre as perspectivas decolonial e libertária. Revista Estudos Libertários; ISSN 2675-0619, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 5-27.

DE MORAES, Wallace. (2009), Estado Mínimo contra a fase histórica camaleônica do Estado capitalista: um estudo da teoria neoliberal de Robert Nozick. In: FERREIRA, L. (org). Curso de Ciência Política; Rio de Janeiro; Campus/Elsevier.

DE TOLEDO, Bruna Brum. (2018), A Formação Das Favelas Na Cidade Do Rio De Janeiro: Uma Análise Baseada Na Segregação Populacional E Exclusão Social. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1.

MAIA, Lorene; TEIXEIRA, Carolina Mara; KALAOUM, Fausi. (2020), Do surgimento das favelas cariocas a UPP: políticas públicas de segurança, segregação, controle e a formação de contra movimentos locais. Revista Mosaico, Vassouras; ISSN 2178-7719, v. 11, n. 2, p. 11-18.

NOTÍCIA CNN: Em 5 anos, 103 crianças foram baleadas e 30 morreram vítimas da violência no Rio. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/em-5-anos-103-criancas-foram-baleadas-e-30-morreram-vitimas-da-violencia-no-rio/>

OLIVEIRA, Nathália; RIBEIRO, Eduardo. (2018), O massacre negro brasileiro na guerra às drogas. Revista Sur, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 1-4.

QUIJANO, Anibal. (2005), Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org); A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais; Buenos Aires; CLACSO; p. 117-142.

PEDRINHA, Roberta Duboc; SOUZA, Taiguara Libano Soares e. (2009), Biopolítica E Militarização Da Vida Social: Uma Análise Da Operação Rio À Mega-Operação Policial Do Complexo Do Alemão. In: XVIII Encontro Nacional do CONPEDI, 2009, Maringá. Anais do XVIII Encontro Nacional do CONPEDI, Brasília, Fundação Boiteux, p. 1596-1614.

VALLADARES, Licia. (2000), A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. Revista brasileira de ciências sociais; ISSN 1806-9053, São Paulo, v. 15, p. 05-34.